

ENTREVISTA:

CRESCE PESQUISA EM EDUCOMUNICAÇÃO NO BRASIL: PARA SE TER COMUNICAÇÃO DE QUALIDADE É PRECISO TER PARTICIPAÇÃO

Alan Rios ¹

Fernanda Vasques Ferreira ²

Fernando Esteban Reynoso Acosta ³

Joadir Antônio Foresti ⁴

Ismar de Oliveira Soares é professor titular sênior da Universidade de São Paulo, bacharel em Geografia e Licenciado em História, jornalista, graduado pela Faculdade Cásper Líbero, mestre e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado pela Marquette University Milwaukee, WI, USA. Com vasta experiência de pesquisa e práticas em educomunicação, Ismar de Oliveira Soares promoveu o projeto Educom TV e Educom Rádio em São Paulo, além do Educom Rádio Centro-Oeste nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. O pesquisador preside o grupo Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais da Educomunicação (ABPEducom).

Em entrevista concedida ao grupo de pesquisa *Acessibilidade, cidadania e cultura midiática: desafios para a educomunicação financiado pela FAP-DF na Universidade Católica de Brasília*, Ismar destacou o importante papel que a nova geração tem frente aos movimentos de contestação no Brasil, bem como a necessidade de que mais pesquisadores se envolvam com o tema, buscando, além da pesquisa, as experiências e a divulgação do conhecimento científico em educomunicação. Sob a perspectiva de ampliação da cidadania, Ismar de Oliveira Soares considera o rádio um meio de comunicação educativo por excelência e retomou a origem do rádio no Brasil para fundamentar sua afirmação que tem embasamento, também,

¹ Graduando em Jornalismo pela Universidade Católica de Brasília (UCB), bolsista de Iniciação Científica pela FAP-DF, integrante do grupo de pesquisa *Acessibilidade, cidadania e cultura midiática: desafios para a educomunicação financiado pela FAP-DF na Universidade Católica de Brasília*.

² Doutoranda em Comunicação pela Universidade de Brasília, mestre em Comunicação pela mesma instituição e professora do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), integrante do grupo de pesquisa *Acessibilidade, cidadania e cultura midiática: desafios para a educomunicação financiado pela FAP-DF na Universidade Católica de Brasília* e integrante do grupo de pesquisa em Ciberjornalismo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

³ Doutorando em Humanidades pela Universidad Nacional de Tucumán, especialista em Arte, saúde e educação pela Universidad Candido Mendez, graduado em Artes Esp. Escultura pela Universidad Nacional de Tucumán, integrante do grupo de pesquisa *Acessibilidade, cidadania e cultura midiática: desafios para a educomunicação financiado pela FAP-DF na Universidade Católica de Brasília*.

⁴ Doutor em Comunicação, cultura e tecnologias do imaginário (2006) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo (1997) e em Ciências Religiosas (1990), com mestrado em Comunicação Social (1999) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tem experiência nas áreas de Educação e Comunicação, com ênfase em Comunicação e Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, comunicação, educomunicação, interação, comunicação organizacional e tecnologias. Foi professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (2002-2008). Atualmente é professor e coordenador dos Cursos de Jornalismo e Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, da Universidade Católica de Brasília, onde também coordena grupo com linha de pesquisa sobre Cultura midiática, educação e tecnologias da comunicação. Coordena o projeto de pesquisa *Acessibilidade e educomunicação* e integra os projetos de pesquisa *Juventude, educação e tecnologias: sociabilidades e aprendizagens* e *Mediação de conflitos em Organizações Públicas: desenvolvimento de competências comunicativas para capacitação e gestão*.

nas experiências realizadas e acompanhadas pelo pesquisador.

Ismar de Oliveira Soares afirmou que o cenário da pesquisa em educomunicação no Brasil está em efervescência e que a mídia de qualidade é aquela em que há participação. Segundo ele, são as crianças e os jovens que têm um potencial de produção e transformação na sociedade a partir de experiências midiáticas.

Revista Dialogos – Na Universidade Católica de Brasília, nós realizamos um trabalho de audiodescrição no jornal-laboratório Artefato, a partir de uma experiência com uma matéria sobre xadrez para cegos. Na oportunidade, percebemos que o jornal não dialogava com essas pessoas e fizemos o trabalho de audiodescrição do conteúdo para alcançar esse público, incluindo a distribuição do jornal em espaços como biblioteca braile. A partir disso, tivemos a ideia de somar esforços de pesquisadores já engajados na educomunicação e também com temas sensíveis à mídia e cidadania, além de juntar parceiros com diferentes conhecimentos práticos e habilidades. O senhor acredita que a preocupação do grupo reflete um avançar dos estudos em educomunicação?

Ismar de Oliveira Soares – Inicialmente eu gostaria de dizer que é muito importante o trabalho de seu grupo de pesquisa, porque ele está na raiz, exatamente na base das preocupações da educomunicação. Gostaria também de dizer que a atividade que vocês desenvolveram de pensar e de refletir o jornal como uma prática de acessibilidade reflete justamente o coração, a essência do pensamento educacional. Diante disso, a gente vai percebendo que já temos referencial que pode ser distribuído e socializado como um sistema de ensino. Aí nós partimos do princípio de que um grupo de pessoas com deficiência foi atendido a partir de uma experiência. Essa experiência cria um saber e esse saber poderia estar gerando produtos, comportamentos ou perspectivas pedagógicas que atendessem a um número maior de pessoas. Vocês realizaram uma experiência alternativa, e eu pergunto: por que não transformar isso também em políticas públicas? Porque as políticas públicas trabalham a partir dos conhecimentos gerados pelas experiências em curso. E essas experiências geradas em curso, quando são distribuídas a partir de

políticas, elas acabam desconsiderando elementos que estariam relacionados a grupos específicos de pessoas, estariam excluídas as práticas relativas às necessidades especiais. A questão é, a partir das inúmeras experiências alternativas que nós fazemos, dar suficiente luminosidade para que elas inspirem políticas. O trabalho que vocês realizaram, por exemplo, tem maior profundidade porque está trabalhando justamente com um grupo social que tem determinadas carências que precisam ser supridas. E aí vocês criam metodologias e, portanto, isso seria importante de se converter em referências para práticas emergentes. E aí a ideia seria que professores que irão trabalhar com grupos de alunos com alguma deficiência física tivessem ciência dessas iniciativas e das metodologias usadas, justamente para que o acesso à educomunicação e o acesso à leitura crítica da mídia atinja a todos os grupos sociais. Estamos diante de uma experiência nova que poderá iluminar práticas pedagógicas e políticas públicas.

Revista Dialogos – O senhor acredita que a disciplina de Educomunicação, ou alguma nomenclatura próxima disso, poderia constar no currículo básico das escolas como disciplina?

Ismar de Oliveira Soares – A UNESCO está cada vez mais preocupada com o propósito de ampliar as políticas públicas como a alfabetização midiática informacional. Em novembro de 2016 houve um congresso em São Paulo, promovido pela UNESCO, que tratava da alfabetização midiática informacional. É necessário que os currículos contemplem o tema da relação entre os estudantes e a mídia, e o tema sobre a comunicação com os próprios estudantes. São dois universos: o do receptor frente aos produtos midiáticos e o outro se refere ao campo da própria expressão comunicativa nas novas gerações. Nós entendemos que esses dois universos deveriam constar nas práticas curriculares, mas de que forma? Essa é uma dúvida, é o problema pedagógico que se coloca: seria incluída mais uma disciplina? Existem várias áreas da sociedade exigindo uma disciplina, por exemplo: a educação para o trânsito, educação para o meio ambiente, entre outros temas que deveriam ser transversais aos currículos. Então, o tema da alfabetização midiática deveria estar presente nas práticas pedagógicas. A dúvida

está presente. Na verdade, não adiantaria criar a disciplina se não existe ainda a possibilidade ou a realidade de professores que pudessem assumir essa disciplina com esse nome.

Há escolas que desenvolvem esse trabalho de leitura crítica da mídia, de alfabetização midiática, de mídia e educação a partir de projetos no contraturno, como ações que atendam a interesses de grupo de alunos. Há um colégio particular em São Paulo que tem em um de seus programas de contraturno, alunos que optaram por trabalhar com a mídia. Outro colégio, também particular, tem alunos que optaram por trabalhar educação para a mídia como disciplina vinculada à disciplina de Língua Portuguesa durante todo o primeiro ano do ensino médio. A prefeitura de São Paulo também tem um projeto chamado Educom Rádio em que o tema é trabalhado.

Em todos esses casos, de escolas privadas e públicas, **a questão que se coloca é o interesse desses sistemas de atender minimamente a grande pretensão da UNESCO de que a educação midiática se converta em temas e em assuntos para a prática escolar, então, não adiantaria simplesmente, criar por decreto, uma disciplina. O que é necessário é criar uma condição para que ocorra essa leitura crítica, essa alfabetização, essa prática educacional.** Isso se dá pela legitimação que o tema alcança na sociedade, à medida em que experiências ocorridas em todo o país apontam para a excelência dos resultados dessas práticas, a sociedade passa a pressionar a escola para que leve em consideração esse objeto. Isso se daria a partir de um movimento externo da sociedade para que a escola se envolva com esses temas.

No caso de São Paulo, por exemplo, o projeto inicial atendia ao ensino básico, da quarta à oitava série, quando ainda eram oito séries, no entanto, a partir de 2008 a prefeitura começou a levar essa prática também para o ensino infantil e hoje nós temos crianças de seis e sete anos produzindo rádio, pequenas peças de vídeo, dentro de seu universo de práticas, mas com apoio do poder público, com professores colaborando. No estado de São Paulo nós temos uma lei chamada Educom, que existe também no estado do Mato Grosso e em outros municípios brasileiros, que determina

que a prática de educomunicação se desenvolva no espaço escolar.

Se nós olharmos a base curricular comum, está prevista a análise da mídia, que o sistema educativo preste atenção para o fenômeno comunicativo. E, cada vez mais, no Brasil, na América Latina e no mundo existe uma preocupação com o tema. As questões que se colocam é como encaminhar soluções para este problema, que é o problema didático de como trabalhar com esses conteúdos. Nós estamos entendendo hoje que é muito importante que se dê luminosidade às experiências que estejam funcionando nos sistemas públicos e privados de ensino para se influenciar novos setores. No caso da Universidade de São Paulo criamos até uma licenciatura em Educomunicação, a perspectiva da Universidade é que já existe um trabalho nessa área e de que a Universidade precisa atender a essa demanda. A Universidade, dando um passo, despertou a atenção do sistema educacional e certamente vai chamar a atenção do sistema universitário em geral para a formação desse profissional. Depois de toda a movimentação da sociedade civil dos anos 60, 70 e 80, já chegamos a um momento de maturidade e temas como mídia e educação, alfabetização midiática já estão presentes na sociedade e se mostram como urgentes, com necessidade, portanto, de atenção por parte das mantenedoras, das secretarias de educação de todo o país. No caso, não defendo uma disciplina, inexistente, mas estou defendendo que projetos se multipliquem.

Revista Dialogos – Há um senso comum de que ciência está ligada à microscópios, computadores, experiências práticas e testes laboratoriais. O senhor vê dificuldades para o reconhecimento da educomunicação como ciência, saber, disciplina?

Ismar de Oliveira Soares – Pela minha experiência, eu não vejo discriminação. Se os projetos estão bem embasados, geralmente são encaminhados para pareceristas da área, eu vejo que os sistemas têm atendido à demanda dos pesquisadores. Em 1998, a Capes recusou financiar um projeto cujo objetivo era analisar que tipo de relações poderiam existir entre comunicação e educação. A Capes na época achava que esse não era um objeto sensível e negou o fomento ao projeto. Já a Fapesp, ao contrário, fomentou

a pesquisa, achando que se tratava de um tema novo, que precisava ser investigado. E nós vamos observar que hoje em dia Capes e CNPq já admitem o conceito de educomunicação, já tem pareceristas para projetos nessa área. Eu vejo que as universidades, que têm propostas nessa área, têm sido atendidas, mas a questão é criar bons projetos. Então, **aquela antiga perspectiva de que a ciência só se faz com laboratório, das ciências exatas, tem sido superada, de certa forma, pelas novas propostas de projetos de cunho social e que tenham fundamento e sua relevância.**

Revista Dialogos – Como o senhor avalia o atual cenário da pesquisa em educomunicação no Brasil?

Ismar de Oliveira Soares – Recentemente soube da defesa de uma tese em 2013 sobre a produção acadêmica em educomunicação entre os anos 2000 e 2012, entre dissertações e teses, e observou que 97 trabalhos foram produzidos ao longo desses 12 anos. A autora voltou a fazer o levantamento de 2013 a 2016 e, apenas em três anos, produziu-se tantas teses e dissertações ou mais que nos 12 anos anteriores, pois atualmente existem 201 trabalhos na área de educomunicação registradas na Capes. Outra questão interessante é que para a primeira produção, nós tínhamos 30 programas de pós-graduação, agora nós temos 57 programas de pós-graduação envolvidos com o tema da educomunicação. Então houve uma explosão efetiva em termos percentuais de crescimento de preocupação com o tema e o que significa é que as agências de fomento estão atentas a isso e que também há muitas pessoas envolvidas na observação e sistematização do conhecimento nessa área. É animador saber que temos tanta gente envolvida. Os encontros de educomunicação têm sido muito ricos, temos uma participação muito numerosa de pessoas que vêm de diferentes áreas.

Revista Dialogos – Indivíduos com o Transtorno do Espectro Autista possuem grande déficits na comunicação, que são tratados por médicos, psicólogos, psiquiatras e fonoaudiólogos, por exemplo. Os estudos da educomunicação podem ser incluídos nos tratamentos para maiores avanços cognitivos e

comunicacionais de autistas? O senhor conhece experiências com a educomunicação nesse caso?

Ismar de Oliveira Soares – As referências são esporádicas. Não existe um estudo específico a respeito. O que temos com mais clareza é o trabalho da chamada psicopedagogia, que trabalha muito mais com as dificuldades de aprendizagem. Temos em São Paulo uma especialista, que é a Graça Lopes, que desenvolveu uma organização para dar assistência para melhoria do processo de aprendizagem com resultados muito evidentes, trabalhando com o lúdico, com criatividade e o alternativo. Esses elementos são essenciais para que qualquer criança se sinta à vontade, relaxe e aprenda. Com relação a situações de maior severidade, o que nós estamos precisando é de promoção de experiências e relatos de experiências. Ainda não temos suficientes como algo estabelecido como prática de atendimento para esse tipo de trabalho como prática definitivamente educacional. Elas existem, mas ainda não foram sistematizadas. Se nós até hoje nos preocupamos muito em como trabalhar com educomunicação na educação infantil, ensino fundamental e médio, nós hoje necessitaríamos estar coletando informações sobre práticas que venham sendo desenvolvidas no âmbito da educação especial. Se o grupo de pesquisa que existe aí na Universidade Católica de Brasília desenvolve essa pesquisa, seria fundamental que se conectasse com outros grupos de pesquisa no Brasil que têm a mesma preocupação, que certamente estará trazendo uma contribuição muito importante para a prática educacional em geral.

Revista Dialogos – É possível dizer que há um meio de comunicação mais “acessível” que o outro do ponto de vista da educomunicação? Se sim, qual ou quais?

Ismar de Oliveira Soares – Quando a prefeitura de São Paulo, em 2001, nos pediu um projeto para reduzir a violência na escola, a expectativa da prefeitura era de que usássemos os meios digitais e nós preferimos trabalhar com o meio analógico. O rádio foi escolhido, pois trabalha com o imaginário da criança, ele permite que a criança trabalhe em grupo, permite a troca de funções no processo de produção e possibilita a expressão vocal. E, se

nós olharmos no Brasil e perguntarmos qual é o recurso mais usado em escolas e organizações sociais, vamos encontrar o rádio, que usa o mais antigo instrumento que nós temos: a voz. A mixagem da voz, por exemplo, colocar a voz de uma criança com a de um professor e a de um artista, trabalhando em função de uma prática que chamamos de prática de cidadania. O rádio feito por crianças é o rádio do “bem”, é o rádio para melhorar as condições de aprendizado da escola. Eu diria então que o rádio é um recurso comunicativo por excelência. Quando Roquette Pinto cria o rádio no Brasil, já pensava como meio educativo e vamos ver que esse esforço não é só brasileiro. Em todo mundo o rádio sempre foi pensado como recurso barato, acessível e que permitia a criatividade.

A educação não privilegia nenhum meio de comunicação em si, mas a prática nos aponta que a comunicação radiofônica ainda hoje detém primazia nas ações dos jovens. Eu descobri recentemente que existe um grupo de educadores na África que, por meio de uma associação, trabalha com rádio feito por crianças. A associação permite que os jovens circulem com suas produções em todo o continente. Então é um país pobre que usa o rádio como forma de articular suas expressões e suas práticas de comunicação.

Revista Dialogos – O senhor vê alguma aplicabilidade de recursos audiovisuais mais incisiva para a construção de cenários comunicativos no Brasil ou o senhor acredita que o rádio seja o suporte mais adequado e mais próximo para se criar esse ambiente de acessibilidade e de promoção de cidadania?

Ismar de Oliveira Soares – Nós temos que falar da perspectiva midiática, nós temos que pensar nos estúdios de multimeios levando em consideração as oportunidades e condições que oferecem, que permitiriam que as diferentes capacidades dos alunos tenham iguais condições de desenvolvimento. Além disso, estúdio multimeios se tornou acessível e uma escola, que mesmo com poucos recursos, pode montar um estúdio multimeios. Se nós falarmos em políticas públicas de desenvolvimento, nós temos que partir para o estúdio de multimeios, apesar de que no início o rádio teve precedência.

Revista Dialogos – Qual a importância que a educação assume no contexto político que vivemos hoje no Brasil e que repercute em outras partes do mundo, uma vez que a mídia assume um papel preponderante na produção de sentidos?

Ismar de Oliveira Soares – O primeiro pensamento é de lamentar o que ocorreu e o que está ocorrendo, cujos reflexos se passam nitidamente em torno da educação e da comunicação. Estamos vivendo nesse momento, por exemplo, uma batalha em Brasília, em torno da manutenção da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) enquanto empresa pública, o governo quer transformar em empresa governamental, eliminando o caráter público, de prestação de serviços públicos e, portanto, de gerenciamento autônomo dessa conquista que foi a EBC e a TV Brasil. E em termos da educação, o desmonte do programa Mais Educação, por exemplo, também aponta para esse sentido. Eu enxergo esse momento com muito pessimismo porque se trata de um crescimento por parte da velha oligarquia brasileira em torno de um neoliberalismo clássico que estaria eliminando os direitos sociais já conquistados, portanto, é um momento triste de desmonte da sociedade para se entregar o país para o grande capital.

E é justamente nesse momento que nós necessitamos da leitura crítica da mídia como um suporte, como um espaço de contestação e de criação, de formação do pensamento das novas gerações. Estou muito pessimista com relação à política, mas também tenho testemunhado que uma nova geração de estudantes está emergindo com uma consciência muito clara de seu papel, porque quando nós encontramos o fenômeno das ocupações estudantis sobre as escolas, em que eles colocam o tema como de interesse nacional e outros segmentos não querem discutir, os estudantes assumem essa discussão e fazem as ocupações como a última trincheira possível para que o pensamento da juventude possa ser ouvido, escutado e, posteriormente, ter algum resultado, isso tudo me dá a impressão de que a prática de educação midiática precedeu. Tenho a impressão de que esses adolescentes e jovens, ao fazerem essa discussão e se colocarem na sociedade em processo de contestação, o fizeram justamente porque aprenderam na escola a necessidade de

analisar a vida social para além do que o poder estabelecido determina como o correto. Em São Paulo, por exemplo, boa parte da liderança do movimento de ocupação são jovens que vieram das práticas de educomunicação da rede pública, que desenvolveram atividades no Educom Rádio no município e, depois, senhores de sua própria condição de comunicadores, passaram a se articular.

Esse fato não será desconsiderado, muitos líderes vão querer acabar com as práticas de educomunicação justamente pelo risco que eles correm de encontrarem jovens contestadores. No entanto, estamos em um momento muito sério que necessita de muita reflexão, muita ação e mobilização. E nesse momento sério, quem veio dar as cartas são os jovens. Então, chegou a hora de nos unirmos aos jovens e prestar a eles nossa solidariedade, nossos conhecimentos, e colocar a nossa reflexão a serviço da reflexão que eles estão fazendo. Na verdade, o que está acontecendo nesse momento os está afetando e os afetará substancialmente nas próximas décadas. É muito importante saber que já existe um grupo sólido e crescente de jovens que têm uma preocupação política, social e cidadã com seus próprios destinos e queiram se expressar e mostrar suas perspectivas frente a realidade que se apresenta a eles.

Eu diria, então, que a educomunicação hoje se converte em uma prática subversiva. A mídia hoje se preocupa com relação a projetos de lei que estão tramitando no Congresso Nacional cujo objetivo é limitar, por exemplo, a publicidade para criança ou a presença de criança na publicidade. E alguns membros da mídia descobriram que frente a essa ameaça da proibição ou da legislação que venham restringir, eles prefeririam que as escolas desenvolvessem projetos de educação midiática para evitar, com isso, que se defenda a prática legal que viesse reduzir a liberdade de a mídia manejar as coisas. Então, por incrível que pareça, parte da mídia hoje está apoiando a alfabetização midiática. Já a preocupação dos educadores não passa por esse viés. **Os educadores defendem a liberdade de expressão, defendem a necessidade de inibição quando for necessário, nós sabemos que tratamos de crianças, elas precisam ser respeitadas e se o respeito não vier por obra do mercado, deverá vir por obra da lei, nós defendemos**

a leitura da crítica não em benefício da mídia, mas em benefício do receptor. As razões pelas quais a educomunicação é defendida pelos promotores não é exatamente as mesmas razões defendidas pela mídia, no sentido até de autodefesa. A mídia pretende se juntar como uma aliada “perfeita” para que se atenuem o furor legislativo contra ela. No entanto, a perspectiva que é necessária ser pensada hoje é uma perspectiva social que permita a esses jovens que se coloquem no mundo, que expresse suas vontades. Esse elemento político que a educomunicação está trazendo hoje faz parte das lutas ideológicas pelas quais estamos passando no momento.

Revista Dialogos – Como o senhor avalia o cenário atual no que concerne aos investimentos em pesquisa e formação de especialistas na área da educomunicação?

Ismar de Oliveira Soares – Há muito o que se avançar. O que tivemos até hoje foi colocar o problema, levantar a questão, realizar experiências que apontam para a eficácia dos procedimentos, porém o Brasil é muito grande. Nossa rede de ensino contém em torno de 50 milhões de jovens, nossos jovens são mais numerosos que na maioria dos países da América Latina, mas é necessário que se avancem em práticas de pesquisas. Não defendo uma linhagem de pesquisa pela pesquisa, mas defendo a existência de práticas que sejam oportunidades de pesquisas, o que chamamos de pesquisa-ação, quer vindo das ciências sociais, da pedagogia, da comunicação ou de outras áreas que possamos juntos implementar práticas, avaliar e socializar essas práticas para podermos avançar.

Alguns temas necessitam ganhar mais relevo, um deles, é a educação ambiental para a sustentabilidade. Na época em que Marina da Silva foi ministra, circulou, pelo Ministério do Meio Ambiente, uma conclusão que eles tinham era que para avançar na educação ambiental no Brasil não era suficiente introduzir o assunto nas escolas, que os jornais falassem do assunto e nem que a publicidade tocasse no tema. Era importante que cada brasileiro se transformasse em um educador ambiental e, para isso, seria necessário articular esses brasileiros. O Ministério criou, então, um programa para que um grupo de pessoas, moradores de um município, que vissem

a importância da defesa de algo relacionado ao meio ambiente, poderiam se articular e receber patrocínio do Ministério para desenvolver projetos. E foi em 2005 que o Ministério adotou o conceito de educomunicação socioambiental, entendendo que a prática da educomunicação ambiental seria o caminho da expressão dessas comunidades. Seria o Brasil se comunicando para educar no tema do meio ambiente. Então, nós vimos a necessidade de acoplar a educomunicação e o meio ambiente, educomunicação e a diversidade étnica, a educomunicação com a condição de saúde física, cognitiva, de necessidades especiais, educomunicação com áreas para o desenvolvimento humano que necessite de maior atenção. O assunto é exercer experiências de práticas educacionais ao redor de temas que são importantes, urgentes e necessário. A educomunicação vai provocar a mudança.

Revista Dialogos – O senhor gostaria de acrescentar algo ou mencionar algum ponto que precisaríamos conversar?

Ismar de Oliveira Soares – Eu diria que seria muito importante conversar mais sobre as crianças e os jovens. Eles têm sido líderes de processos educacionais. Em São Paulo, por exemplo, devemos às crianças e aos pré-adolescentes a manutenção do programa até hoje. Apesar de termos tido cinco administrações públicas adversárias uma das outras, o mesmo projeto continuou porque estava enraizado na mão das crianças. E nas escolas particulares também temos o mesmo cenário, os jovens conduzem o processo. Lembro-me de um congresso que aconteceu no Rio de Janeiro em 2004 chamado Set Media For Children, em que uma organização internacional discutia a qualidade de mídias para crianças e adolescentes, um grupo de adolescentes lá presente disse o seguinte ao final: “mídia de qualidade é aquela que nós fazemos ou aquela que os adultos fazem conosco”. Para os jovens, qualidade não é exatamente aquilo que os publicitários imaginam ser qualidade ou que os roteiristas de telenovela acreditam ser. Qualidade para a criança e para o jovem é participação. Então eles estão dizendo: “nós já sabemos fazer, nós fazemos coisas de qualidade, se quiserem algo de qualidade, façam conosco”. Isso me leva a pensar o seguinte: ou nós nos aliamos às crianças e aos

jovens ou eles vão lançar sem nós. **É importante que a gente leve em consideração a presença, na nova geração, do diálogo de construção do pensamento educacional: pesquisar muito, guardar na memória o que as crianças estão dizendo e fazendo, isso tudo se constitui acesso ao avanço da educomunicação no país.**

Entrevista concedida em 20 de dezembro de 2016